

4. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL CORRELATA

As principais normas regulamentadoras referentes à operação do empreendimento, sob o aspecto legal ambiental, serão apresentadas segundo o âmbito federal, estadual e municipal.

► CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO e RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303/02

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

De acordo com a Lei 4.771, de 15 de setembro de 1975, que institui o Código Florestal, com a Lei 7.803, de 18 de julho de 1989 e a Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002, que estabelece conceitos e definições sobre reservas ecológicas e áreas de preservação permanente, a área do empreendimento em operação abriga uma área de interesse ambiental, destacando-se: a Área de Preservação Permanente, onde foi preservada uma faixa de **100,0** metros na zona marginal à Lagoa Alagamar, no limite sudeste da área.

Já para a drenagem existente nas proximidades do limite Oeste, foi contemplada uma faixa com largura de **50,0** metros para ambos os lados como de APP.

No tocante a Reserva Legal, a mesma está averbada na matrícula da propriedade (Mat 766, Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Aracati). Vide documentação do terreno no Volume Anexos do EIA.

► LEI 11.959 / 2009 - LEI DA PESCA

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A empresa se enquadra na categoria comercial de grande porte.

► RESOLUÇÃO CONAMA 357/05

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

O empreendimento, conforme a legislação vigente se classifica como de Classe 2 e como água salobra, pela qualidade da água.

► RESOLUÇÃO CONAMA 312/02

Dispõe de licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira obedecerá o disposto nesta Resolução, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais.

O projeto contempla o Sistema de Tratamento de Efluentes em conformidade com a Resolução CONAMA 312/02 no seu art. 14, porém não atende quanto ao monitoramento dos efluentes. Ainda com relação a CONAMA 312/02 o empreendimento se classifica como de grande porte, devido sua área de espelho d'água ser maior que 50 hectares.

► RESOLUÇÃO CONAMA 369/06

Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente- APP.

O empreendimento, na sua concepção atual, faz uso de 27,61 ha de Área de Preservação Permanente - APP com os canais de abastecimento e drenagem.

A ampliação do empreendimento não fará intervenção em APP. Portanto, o empreendimento continuará utilizando os canais de abastecimento e drenagem existentes.

► RESOLUÇÃO CONAMA 413/09

Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

Segundo a Resolução CONAMA 413/2009 o empreendimento quanto ao porte é classificado como de médio porte, com relação ao potencial de severidade da espécie é médio e o **potencial de impacto ambiental é de grande porte com alto potencial de severidade.**

► RESOLUÇÃO COEMA 02/02

Dispõe sobre o a carcinicultura no Estado do Ceará.

Segundo a Resolução COEMA 02/02 o ambiente na qual está implantado não contempla áreas de salgado ou apicuns.

Quanto à cota média de maré, não foi necessários estudos quando do licenciamento inicial (Licença Prévia e Licença de Instalação), tendo em vista que a área encontra-se em cotas bem acima da cota média de maré e distante pelo menos 5 Km da calha do rio Jaguaribe.

► PORTARIA SEMACE 81/2010

A empresa protocolou os pedidos de renovação das licenças de operação na SEMACE ou seja, para as duas licenças de 50,00 hectares cada.

- ❖ O empreendedor não necessita de outorga de água, haja vista a água utilizada no empreendimento é salobra;
- ❖ Declaração de Cadastro Técnico Federal de atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais – IBAMA;
- ❖ Registro de Aquicultor – Ministério de Aquicultura e Pesca - MAP;

► FAIXA DE SERVIDÃO DO GASODUTO GUAMARÉ-PECÉM

O Decreto/96 | Decreto de 09 de dezembro de 1996 institue que a faixa de servidão do gasoduto GASFOR (Guamaré-Pecém) é de 20 metros a partir do eixo.

O projeto do empreendimento observa uma faixa de mais de 30 metros a partir do eixo do gasoduto, obedecendo, portanto, um distanciamento maior do que o previsto em lei.

► OUTORGA DE ÁGUA

O empreendedor não necessita de outorga de água, haja vista a água utilizada no empreendimento é classificada como salobra.

► CADASTRO TÉCNICO DO IBAMA

Segue em anexo, a declaração de Cadastro Técnico Federal de atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais – IBAMA.

► CERTIFICADO DO REGISTRO DE AQUICULTOR

Segue em anexo o registro de aquicultor emitido pelo Ministério da Aquicultura e Pesca.

► LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ARACATI.

EMENDA ADITIVA À LEI Nº 02/90 DE 06 DE ABRIL DE 1990.

O § 5º do inciso VII do Art, 197 estipula uma área de 10 km² para proteger o lençol freático no povoado de Morrinhos, que é fonte de abastecimento de água potável para a população de Aracati. A Emenda cita a Igreja do Morrinho como ponto central de referência desta área protegida. Segundo a emenda, fica proibida a atividade de carcinicultura, inclusive atividade industrial e comercial que possam poluir aquele lençol freático.

O empreendimento em operação, bem como o projeto de ampliação do mesmo obedece esta área de proteção municipal, pois se encontra a mais de 1.785 metros da igreja de Morrinhos. Raio este que ultrapassa o valor para a área de 10km² estipulado pela legislação municipal.

Ressalta-se, ainda, que a empresa possui um Alvará de Funcionamento para o empreendimento em operação e uma Carta de Anuência para a ampliação do empreendimento, ambos emitidos pela prefeitura Municipal de Aracati, estando em conformidade com a Lei Municipal nº 045/2001 de "Uso e ocupação do solo" e conforme Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, não apresenta restrições neste momento. A referida documentação encontra-se no Volume Anexos deste estudo.